

O desastre dos informados (II)

19 DEZ 1991

Francisco Manoel
de Mello Franco *

M ostrava eu, em artigo anterior, a sucessão dos erros espantosos de avaliação, cometidos pelos superbem-informados. Após glória e sucesso, afirmação e vitória, pelo menos sob a ótica de suas épocas, de cada um e de seus áulicos, o que de vulgar poderia haver nos desastres de Cesar, Napoleão, Chamberlain, Hitler? Pedro II, Washington Luis, Jango, Bernardo Cabral? Salazar, Gorbachev, Nixon, Trudeau? Zélia, Cleto? Em que lugar comum se encontram alguns dos erros que os desfizeram, igualando-os, apesar de seus diferentes graus de importância, isolamento, participação, paranóia ou megalomania? E, recentemente, onde estariam com a cabeça os dirigentes políticos da Polônia, da Tcheco-Eslováquia, da Bulgária? Da Romênia, da Iugoslávia, da Hungria? Em que acreditariam eles nos últimos tempos, quanto ao destino e estabilidade de seus governos, para serem tão absolutamente surpreendidos? Como foram tão comodamente derrubados?

A verdade é que, para além da interpretação hegeliana, que os teria visto como agentes involuntários de uma *razão* transcendente, ou do juízo marxista, que os classificaria como protagonistas de uma história inevitável, eles foram vítimas, quando se perderam nos seus percursos da não-compreensão dos quadros reais em que viviam, e das correntes de expectativas, com suas linhas de desejo e esperança, enraizadas nas populações atentas, e que por sua inorganicidade, só podem se impor quando corretamente compreendidas pelo poder organizado.

Numa sociedade desordenada como a nossa, existem apenas momentos de percepção plena, ou talvez nem isso. Na realidade, existem mesmo são ocasiões em que essa percepção pode se dar, e assim mesmo não necessariamente: as

mudanças políticas, ou de eleições. É claro que a interpretação das tendências se faz de acordo com os preconceitos, ideais e ambições dos intérpretes, transformando-se em preceitos diversos, por entre os programas dos partidos políticos. Mas isso não invalida a realidade de as expectativas e esperanças serem harmônicas, e significa apenas que, ao detectá-las, não quiseram ou não puderam os intérpretes, no processo de disputa pelo poder, capacitarem-se para atendê-las, preferindo dar-lhes coloridos próprios, tornarem-se representantes únicos, e afastar concorrentes.

Foi assim que o poder getuliano disfarçou-se, quando o ditador caiu, sob pressão popular, para voltar após o governo politicamente anódino do general Dutra; foi assim que os militares convenceram a classe média, após a queda de Jango, de que ela os queria, para lá ficarem por duas décadas, afrontando um mundo que ria de nós e de nossa "democracia relativa"; foi assim que os grupos conservadores, ao assistirem ao povão derrotar Lula — que falhara na interpretação dos corações e das mentes dos brasileiros, enveredando por uma radicalização que não lhe fora, em nenhum momento, sinalizada como cura dos desmandos da ditadura militar vencida —, pensaram empolgar o poder, com interpretações erráticas, que procuraram e procuram impingir sobre o presidente eleito, como se fossem obrigações assumidas com o povo.

E por isso que o presidente diz que sua administração decorre de um mandato outorgado pelo povo, e, surpreso, perde sustentação política e popular. Ele aparentemente não percebe essa coisa tão simples, a ponto de ser simplória: há um abismo entre a inspiração dos votos que teve e a interpretação que lhes dá. O povo pediu-lhe uma coisa, ele lhe dá outra. O povo espera um comportamento, ele lhe oferece outro. Por quê?

Simplesmente porque não se deteve com vagar para escrutinar o enigma de

sua vitória, atribuindo-a a compromissos de método, a proposições administrativas de campanha, que sómente soaram inteligíveis aos "informados", mas que não atingiram as massas que o sufragaram.

Controlar a inflação, sim. Como? O povo não sabe, mas confia na escolha dos competentes. Os meios se delegam, os fins se declaram. Aumento da produção, acréscimo na oferta de empregos, mais habitação, mais saúde, mais educação? Sim, mas novamente aqui não se pode dizer sobre os métodos, que também são delegados, numa sociedade pobre, inocente e abandonada como a nossa.

Mas essa delegação da decisão sobre os métodos a aplicar não foi absoluta, não foi gratuita. Subjacente a ela, estava a expectativa de justiça, de respeito aos valores da nacionalidade, e, principalmente, uma grande nostalgia da honra. Também subjacentes estão a modéstia, a humildade, a fé, dessa massa imensa, que tudo observa, com seus olhos cansados, desconhecendo o orgulho, a prepotência, a vaidade, a empáfia. Massa capaz de praticar a alegria, mas não o deboche, a esperteza, mas não a canalhice, a malandragem, mas não a madraçaria, o proveito, mas não a devassidão, o desrespeito, mas não a impudicícia. O presidente, jovem ainda, corajoso, precisa deter-se, pensar nessa massa, e, irremediavelmente só, como ficam os poderosos em introspecção, decidir mudar as bases de sua interpretação, calcada sobre a opinião dos "informados", e por isso mesmo eivada de erros, como sói acontecer.

Esse povão lhe recusa apoio porque o presidente não o está entendendo, ou não o estão deixando entendê-lo. E na realidade, parece tão fácil...

É possível que também estejamos enganados. Mas tentemos discutir o assunto, num próximo encontro.

* Engenheiro, ex-secretário estadual de Planejamento. Último de uma série de dois artigos, o primeiro foi publicado na edição de ontem.